



1 **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CONGREGAÇÃO DA**
2 **UNIFESP – CAMPUS OSASCO REALIZADA EM 07.12.2018**

3 No sétimo dia do mês de dezembro de 2018, às 10h30min, na sala 118 localizada no primeiro piso do
4 edifício situado à Rua Angélica 100, Jardim das Flores, em Osasco/SP, sob a presidência da Diretora
5 Acadêmica, Profa. Dra. Luciana Massaro Onusic, realizou-se Reunião Ordinária da Congregação da
6 EPPEN, *campus* Osasco da UNIFESP. Compareceram o Vice-Diretor Acadêmico, Prof. Dr. Julio
7 Cesar Zorzenon Costa, a Diretora Administrativa, Sra. Juliana Mateusa Meira Cruz, e os(as)
8 conselheiros(as) que constam da lista de presença e assinam ao final deste documento. Justificaram
9 ausência: Sra. Ana Paula Rocha Garcia Oliveira, para acompanhar familiar ao médico; Sra. Andreia
10 Naomi Kuno, por exigência do trabalho; Sr. Carlos Eduardo Sampaio Burgos Dias, por estar em
11 férias; Profa. Dra. Cintia Rejane Möller de Araujo, compromisso acadêmico assumido previamente;
12 e o Prof. Dr. Celso Yokomizo que, impossibilitado de comparecer, solicitou a presença da suplente.
13 A Profa. Luciana inaugurou os trabalhos às 10h30min, primeiramente, cumprimentando os
14 presentes e explicando que a reunião acontecia em uma sala de aula por conta de o auditório estar
15 reservado para a festa de confraternização dos servidores do *campus* Osasco. Em seguida, consultou
16 os conselheiros sobre antecipação do primeiro ponto da Ordem do Dia em favor dos visitantes,
17 Profa. Dra. Ieda Maria Longo Maugeri e Prof. Dr. Claudio Saburo Shida, respectivamente da
18 Reitoria e do ICT/SJC, representantes da CPA-Central que haviam chegado ao *campus* com bastante
19 antecedência e, então, pudessem ser liberados logo após a apresentação, sem ter de acompanhar o
20 expediente ou informes. Os membros unanimemente concordaram ser esse o melhor procedimento.

21 **ORDEM DO DIA:**

22 **(1) CPA** – A Profa. Ieda Maugeri agradeceu a gentileza do colegiado e, então, apresentou a
23 Comissão Própria de Avaliação Central, da qual é a presidente, projetando informações e dados. Ela
24 relatou breve histórico sobre o sistema de avaliação da instituição, passando pela criação da CPA e
25 sua efetivação apenas no ano de 2015, mencionando os principais aspectos e o papel exercido pela
26 comissão que visa atender às solicitações e questionamentos do INEP. A professora explicou o
27 formato da CPA-Central que, com seus 32 membros, busca ter representados todos os segmentos da
28 universidade. Forneceu algumas informações sobre a composição da CPA-Local e destacou que a
29 CPA-Central vinha trabalhando em um Plano de Avaliação e já tinha aplicado um questionário de
30 autoavaliação que, apesar de trabalhoso na elaboração de suas 25 questões de múltipla escolha + um
31 campo de resposta aberta, infelizmente, tinha tido baixa adesão, tendo sido respondido por 1.913
32 pessoas (representando apenas 15% dos TAEs, 22% dos docentes e 8% dos estudantes). Ela sugeriu
33 que os conselheiros acessem o formulário visitando a página da CPA e estimulem seus pares a
34 fazerem o mesmo. Ressaltou que o Inep louvou as avaliações da Unifesp que está entre as poucas
35 instituições que incluem os TAEs nessas análises. Ela também falou da importância de se estabelecer
36 rotina de avaliação e das possíveis devolutivas a partir dos resultados e aplicações apontados pela
37 pesquisa. Ela citou como exemplo situações das bibliotecas e sobre a capacitação dos TAEs
38 detectadas a partir dos questionários, dizendo que muitas coisas já foram alteradas em razão dessas



Ministério da Educação
Universidade Federal de São Paulo
Campus Osasco



ATA/CONG/07/12/2018/Ord.

39 avaliações. Então, ela mencionou o *software* desenvolvido em São José dos Campos para avaliação
40 docente, o qual seria possível adaptar para todos os *campi* da Unifesp. Assim, passou a palavra para
41 o Prof. Claudio Shida que explanou sobre o sistema que nasceu da demanda por uma ferramenta de
42 gestão surgida naquele *campus*, considerando que as informações chegavam até os coordenadores
43 dos cursos de maneira muito picada e estes sentiram necessidade de dados quantitativos para
44 procederem a suas avaliações. O professor falou do questionário aplicado aos estudantes através de
45 *QR Code*, de suas facilidades e a consequente alta adesão. Assegurou que dados individuais não são
46 divulgados, pois, os resultados são apresentados em blocos estatísticos e que a avaliação não é tão
47 somente quantitativa, mas, também, qualitativa, apontando pontos positivos e negativos da
48 instituição. A Profa. Marina Yamamoto parabenizou a iniciativa e indagou se os resultados
49 consideravam o número de alunos por turma, pois, o percentual de respondentes poderia variar
50 muito. O Prof. Rodrigo Medina externou duas preocupações: primeiramente, com o avanço das
51 tecnologias portáteis que devem servir a excelência acadêmica, se adentram as salas de aula. Opinou
52 que os alunos também devem estar conscientes de sua participação e responsabilidade para com a
53 qualidade do ensino, para que tal fardo não recaia apenas sobre os docentes. Em seguida, defendeu a
54 liberdade de cátedra. Encerrou se mostrando preocupado com o momento político que se atravessa –
55 de flagrante estado de desmonte da escola pública, de projetos já em prática que atentam contra a
56 autonomia das universidades e a liberdade de cátedra, de grandes cortes e contingenciamento de
57 verbas destinadas à educação e de ataques ao funcionalismo público – opinando que é preciso cautela
58 com tais instrumentos que, a despeito de todo o mérito e importância para a auto avaliação e que
59 visam a excelência, não se voltem contra a própria instituição. O Prof. Shida concordando com as
60 preocupações dos conselheiros, assegurou que a ideia é que todos têm voz e afirmou que os dados
61 quantitativos computados são ponderados por conselhos. Já a Profa. Ieda frisou que, independente
62 de qualquer cenário político, a avaliação não pretende ser comparativa ou punitiva, mas, uma
63 ferramenta para detectar as condições da universidade para o cumprimento de seu papel. O Prof.
64 Shida acrescentou que a lei que regulamenta a CPA rege não ser permitida a punição e os resultados
65 não podem ser considerados para a progressão do servidor na carreira. O Prof. Bueno disse conhecer
66 o trabalho da Profa. Ieda já de longa data e atestou suas boas intenções. Solidarizou-se com a fala do
67 Prof. Medina e ponderou que se os resultados das avaliações forem agregados podem contribuir para
68 atenuar tensões individuais e contribuir para o avanço rumo a excelência. A Profa. Luciana
69 considerou que antes de se institucionalizar qualquer ferramenta é importante ter cautela, acesso ao
70 máximo de informação e muito debate. Agradeceu o empenho da CPA-Central, em especial o
71 longo trabalho da Profa. Ieda e, ainda, destacou a dedicação da servidora e conselheira, Sra.
72 Elisângela Bardi da Fonseca, também presente. A Profa. Ieda e o Prof. Shida também renderam
73 elogios a Sra. Elisângela, que chamaram de “sempre muito ativa e participativa, portadora da
74 memória da CPA-Local”, cuja fala foi endossada pelo Vice-Diretor Acadêmico, Prof. Zorzenon.
75 Então, eles se despediram agradecendo o espaço oferecido pela Congregação e encerraram dizendo
76 que o intuito era apresentar uma ferramenta já desenvolvida, no entanto, caberia a cada *campus*



77 definir o instrumento de avaliação que deseja implantar. Então, a sessão foi retomada do seu início,
78 tratando-se dos **INFORMES**, iniciados pelos **Informes da Diretoria Acadêmica**:

79 • **Integralização de Prazos** – A presidente divulgou as aprovações da Câmara de Graduação
80 relativas aos processos: • 030182/2018-53: Marina Sbrana Pecoraro, solicitação de Extensão e
81 Integralização de Prazo (Ciências Econômicas); • 030164/2018-71: Nayara Regina Rovanol
82 Rodrigues, solicitação de Integralização de Prazo (Relações Internacionais), e, • 030163/2018-27:
83 Raisa Taveira Amâncio Loiacono, solicitação de Integralização de Prazo (Ciências Contábeis).

84 • **Eleição para Diretores do Campus Osasco** – Noticiou que a Comissão Eleitoral propusera
85 calendário para realização do processo eleitoral (conforme as datas eram simultaneamente
86 projetadas), a ser apreciado pelo Consu para posterior divulgação oficial. Disse ter convidado a
87 presidente da comissão para participar daquela sessão, porém, por motivos de agenda, a Profa. Dra.
88 Gianna Griz Carvalheira e a Sra. Sandra Maria de Souza Silva só comparecerão à próxima reunião.

89 • **Congresso Acadêmico Unifesp 2019 – “Envelhecimento e Sustentabilidade”** – A presidente
90 reportou as informações da reunião sobre o tema realizada no dia 03 de dezembro, durante a qual ela
91 solicitara a representação dos departamentos, dos cursos/eixo, das câmaras e do NAE, além de um
92 discente por curso/eixo, para compor comissão local de elaboração do evento que será realizado -
93 novamente de forma descentralizada - nos dias 3, 4, 5 e 6 de junho de 2019. Destacou a aprovação da
94 palestra proposta pelo Prof. Dan e um de seus alunos, intitulada “Direito à Saúde na Constituição de
95 1988”. A professora elogiou a iniciativa e convocou os conselheiros a compartilharem com seus
96 pares a necessidade de participação nesse importante evento. Terminou dizendo que, ainda, ficara
97 estipulada a data de 20 de dezembro para a proposição de temas, formatos ou quaisquer sugestões.

98 • **Códigos de Vaga Docente** – Compartilhou a boa notícia do recebimento de seis códigos de
99 vagas para docentes, além das cinco vagas destinadas ao curso de Direito, que já tinha sido repassada
100 às chefias dos departamentos dois dias antes, imediatamente após a informação ter sido recebida pela
101 direção. Frisou que para assegurar a ocupação desses códigos, destinados de maneira equânime entre
102 os departamentos já mencionando os respectivos números (distribuídos aleatoriamente), seria
103 necessário estipular o perfil e solicitar abertura de concurso ainda em 2018, encaminhando a
104 respectiva documentação até o dia 13 de dezembro para aprovação em reunião extraordinária da
105 Congregação a ser agendada ainda na corrente sessão e posterior apresentação ao Consu que, então,
106 teria de, eventualmente, também agendar sessão extraordinária. Confirmou que os departamentos já
107 estão de posse do respectivo código de vaga e, assim, podem optar por acelerar os trâmites na
108 tentativa de realizar o concurso ainda em 2018, ou, por organizar tudo sem correria no decorrer de
109 2019. Reiterou que tamanha celeridade é devida à preocupação de que tais vagas sejam recolhidas.

110 • **Sessão Extraordinária** – Comunicou agendamento de mais uma reunião extra no dia 14 de
111 dezembro, às 9h30min, para tratar da pauta citada anteriormente: Concursos Públicos para Docentes.

112 • **Editais para Contratação de Professores Visitantes** – Comemorou que na sexta-feira anterior
113 fora realizada uma força tarefa para dar conta dos onze processos para contratação de professores
114 visitantes. Louvou os esforços dos departamentos e de todos os que participaram desse acelerado
115 trabalho. Dedicou agradecimentos especiais à secretária Maristela, e também à assistente Ana Paula,



116 pelo empenho e dedicação, executando a incumbência premente em ritmo agitadoíssimo, em uma
117 única tarde e sob forte pressão, extrapolando a jornada de trabalho, de forma que os prazos e
118 procedimentos foram cumpridos com sucesso, e a documentação pertinente encaminhada via SEI.
119 Lamentou que os editais, no entanto, não tenham sido publicados no dia 04, como era esperado, mas,
120 assegurou que constavam do Diário Oficial daquela mesma data e, portanto, deviam ser divulgados.

121 • **Comissão Local de Avaliação dos Processos Seletivos para Contratação de Professor(a)**
122 **Visitante** – No sentido de esclarecer as dúvidas apresentadas pelo Prof. Tristan na reunião anterior
123 acerca dessa comissão que centralizará a análises desses PS, a presidente esclareceu que o *campus*
124 será representado por três professores a serem indicados pela Câmara de Pós-Graduação local. Então,
125 passou a palavra ao Prof. Murilo para explicar tais procedimentos. Ele explicou que, devido ao atraso
126 na publicação dos editais, como já citado pela presidente, os trabalhos da referida comissão devem
127 acontecer entre os dias 26 e 28 de dezembro, apesar de terem sido previstos para o dia 18. O
128 professor disse entender que não haverá qualquer restrição quanto aos nomes a serem sugeridos
129 como titulares (três) e suplentes (três). Na opinião dele, a dificuldade seria encontrar professores
130 disponíveis nessa época do ano e, então, ele próprio se ofereceu como representante do
131 Departamento Multidisciplinar, atendendo à presidente que sugeria um representante por
132 departamento. Ratificou que a função dessa comissão equivale à de banca examinadora de concurso
133 público e que as indicações deveriam ser encaminhadas até o dia 09 de dezembro para o endereço
134 eletrônico da CmPos: camara.pos.osasco@unifesp.br. A Profa. Marina Yamamoto voltou a
135 manifestar seu descontentamento com a celeridade desses processos de contratação que previam
136 curto período para inscrições e trabalhos entre os feriados de Natal e Ano Novo, julgando o processo,
137 se não desnecessário, desrespeitoso para com os candidatos e todos os envolvidos no concurso. Já o
138 Prof. Medina julgou absolutamente imprescindível realizar tais concursos antes da virada do ano,
139 apesar de todas as contrariedades e obstáculos. O Prof. Murilo confirmou haver o entendimento
140 sobre a existência de riscos de recolhimento dessas vagas. E o Prof. Bueno achou complicado
141 comentar a questão, mas, admitiu que, considerada a liberação extemporânea dessas vagas, entendia
142 ter havido represamento deliberado por reitores que agora, já no limiar do novo ano, coloca o *campus*
143 nessa situação de pressão. O Sr. João Subires lamentou que apenas vagas docentes estivessem sendo
144 liberadas, ainda que dessa forma intempestiva. A Profa. Marina Yamamoto disse se sentir sem saída,
145 pois, apesar de discordar dos procedimentos, não se arriscaria a perder vagas. Lamentou
146 profundamente ter de acelerar um processo tão sério quanto o de contratação por trinta anos de um
147 servidor público. Então, a presidente encerrou os esclarecimentos dizendo que, dentro do possível, o
148 *campus* deveria realizar os concursos, lembrando que período de recesso não equivale a férias,
149 portanto, qualquer servidor pode ser convocado ao trabalho. Sugeriu um nome por departamento.
150 Então, passou a palavra ao Prof. Ivan Cezar Ribeiro para compartilhamento de uma boa notícia:
151 **Informe do GT para Captação de Recursos Complementares** – O professor do curso de Direito
152 que tomou posse em abril de 2016 relatou a principal preocupação de seu curso desde a sua chegada:
153 a escassez de recursos. Então, o docente assumiu a Diretoria de Captação de Recursos da FAP e se
154 engajou na busca por recursos para três diferentes projetos visando aumentar o orçamento público e



155 com a certeza de que uma iniciativa não invalida outra. Falou sobre as tentativas através da Lei
156 Rouanet e explicou que a incessante procura por alternativas culminou com a descoberta de um edital
157 quase escondido que oferecia de 500 mil a 14 milhões de reais. Destacou que dentre 3.600 propostas,
158 60 foram classificadas e destas, apenas treze chegaram à etapa final na qual o projeto de Osasco -
159 segundo maior, atrás somente da UnB - obteve sucesso. Avisou que o resultado estava publicado no
160 DOU do dia 05 de dezembro de 2018. Também esclareceu não ter sido possível incluir somente a
161 biblioteca, pois, o projeto deveria ter aderência à origem dos recursos, dessa forma, o documento foi
162 elaborado no formato adequado, embasado no “Direito Econômico”. Detalhou os valores
163 envolvidos: sendo R\$ 13 milhões para o prédio e R\$ 6 milhões destinados a outras atividades, como
164 laboratórios de regulação e concorrência e instituto de estudos avançados sobre a ordem econômica.
165 Acrescentou que o programa poderia ser ampliado de modo a contemplar a todos. Ressaltou que tal
166 resultado positivo não cessaria a busca por outros recursos complementares, ao contrário, serviria de
167 estímulo para novos desafios visto que o trabalho do grupo tinha começado muitíssimo bem. E, nesse
168 sentido, revelou também que lograra sucesso em negociação com o Banco Bradesco, angariando R\$
169 50 mil para serem gastos em pequenas ações no *campus*. O coordenador do curso de Direito, Prof.
170 Daniel Carvalho, e a Diretora Administrativa e também membro do bem sucedido GT, manifestaram
171 muita satisfação e orgulho, cumprimentando o professor. A Sra. Juliana Mateusa fez questão de
172 saudar o trabalho da comissão, ressaltando que o Prof. Ivan era merecedor dos créditos dessa
173 importante conquista, iniciando uma longa e entusiasmada salva de palmas. Então, tratou-se dos:
174 **Informes da Diretoria Administrativa:** A Sra. Juliana informou sobre:
175 • **Orçamento** – Divulgou a expectativa de recebimento de algum recurso de capital ainda em
176 2018, incluindo verba para a obra do em Quitaúna. Acrescentou que tais informações constam do
177 sítio da instituição, na aba “Transparência”. Comemorou o aumento de aproximadamente R\$ 2
178 milhões em recursos em comparação com o ano de 2017 e, ainda, que os recursos próprios chegaram
179 a quase R\$ 70 mil em 2018, sendo suficientes para custear a manutenção do *campus* Osasco.
180 • **Festa de Confraternização** – Sublinhou que o evento teria sabor especial, pois, além do sucesso
181 da organização, contava com a excelente notícia já compartilhada pelo Prof. Ivan Cezar Ribeiro.
182 • **Energia Elétrica** – Informou que aqueles que necessitassem estar no *campus* durante a última
183 semana do recesso (a primeira de janeiro de 2019) deveriam estar cientes de que não poderiam contar
184 com energia elétrica que seria desligada para realização de manutenção da rede. Solicitou que os
185 servidores deixassem todos os equipamentos elétricos desligados no último dia de expediente. O
186 Sr. João Subires aproveitou para lembrar a normativa que veta a utilização de cafeteiras elétricas.
187 **Outros Informes da Câmara de Extensão** – A Profa. Arlete Eni Granero
188 cumprimentou o colegiado e se apresentou como suplente do Prof. Celso Yokomiso, tratando:
189 • **Conselho de Extensão** – Divulgou a solicitação do conselho que necessita da indicação de um
190 representante por departamento para compor a comissão que discutirá questões Étnico-Raciais.
191 • **Recursos FAP** – Compartilhou a notícia sobre a disponibilidade de aproximadamente R\$ 4 mil
192 para serem aplicados em ações de extensão e cultura cadastradas e que integram a curricularização.



193 A Profa. Heloisa Hollnagel, como representante do *campus* Osasco na Comissão de Estruturação
194 da Curricularização da Extensão, acrescentou que - apesar de a Câmara de Extensão centralizar as
195 ações passíveis de participação nos recursos mencionados - seria necessário apresentar Plano de
196 Trabalho de modo que a Diretoria Administrativa possa viabilizar a utilização dos valores, a
197 partir do mês de fevereiro de 2019, através de trâmites setor de aquisições. E, ainda, informou sobre:
198 • **Congresso do Grupo de Pesquisa Organizações, Sociedade e Negócios** – Anunciou que no dia
199 seguinte aconteceria a quarta edição do evento aberto a todos e que teve origem com o Mestrado
200 Profissional em Gestão de Políticas e Organizações Públicas e vinha se consolidando desde então.
201 **EXPEDIENTE** – A ata da reunião do dia 22 de novembro de 2018 foi aprovada sem
202 ressalvas, registrando-se apenas três abstenções. Então, ao retomar a **ORDEM DO DIA**,
203 a presidente obteve a concordância unânime dos conselheiros para antecipação do item de pauta:
204 **(4) Suspensão do RU e outros serviços durante o recesso** – Como de praxe, foram analisados os
205 dados sobre movimento/utilização/desperdício nos anos anteriores e discutidas as possibilidades de
206 suspensão dos serviços de RU durante todo o período de recesso e férias e a redução dos horários da
207 cantina e reprografia durante as férias, com fechamento apenas durante o recesso. A votação foi
208 encaminhada para decisão entre duas propostas: (a) suspensão no dia 22/12/2018 e retorno em
209 20/02/2019, que recebeu sete votos; e, **(b) suspensão no dia 17/12/2018 e retorno em 20/02/2019,**
210 **que sagrou-se vencedora, tendo recebido nove votos.** Também foram registradas duas abstenções.
211 **(2) CmPos – Homologação da Lista Tríplice** – A presidente informou sobre o processo de
212 escolha da nova coordenação da Câmara de Pós-Graduação e Pesquisa do *campus* Osasco e,
213 mediante os resultados apresentados, indicou a chapa mais votada conforme descrito na Lista
214 Tríplice (Concorrendo para Coordenador(a)/Vice-Coordenador(a): • Chapa 1: Prof. Dr.
215 André Roncaglia de Carvalho e Profa. Dra. Luciana Rosa de Souza, que recebeu sete votos; • Chapa
216 2: Prof. Dr. Marcelo Soares de Carvalho e Prof. Dr. Veneziano de Castro Araújo, não tendo recebido
217 voto, e, • Chapa 3: Prof. Dr. Fábio Luis Barbosa dos Santos e Prof. Dr. Fábio Alexandre dos
218 Santos, que conquistou apenas um voto. Em regime de votação, os conselheiros foram unânimes em
219 aprovar os resultados apresentados na **Lista Tríplice, homologando a chapa que recebeu maior**
220 **número de votos, assim composta: Prof. Dr. André Roncaglia de Carvalho – Coordenador e**
221 **Profa. Dra. Luciana Rosa de Souza – Vice-Coordenadora.** Foram registradas duas abstenções.
222 **(3) Calendário Congregação 2019** – Após ser projetada e apreciada por todos, a **sugestão de**
223 **calendário das reuniões ordinárias da Congregação durante o ano de 2019 foi aprovada por**
224 **unanimidade, assim: 01/fevereiro, 01/março, 05/abril, 03/maio, 07/junho/ 05/julho, 02/agosto,**
225 **06/setembro, 04/outubro, 01/novembro e 06/dezembro.** Então, foi encaminhada votação acerca do
226 horário e, enquanto o agendamento às 10h30min recebeu apenas dois votos, **a proposta de manter**
227 **as sessões sempre às 10 horas foi vencedora com treze votos.** E, foi registrada uma abstenção.
228 **(5) Criação do Departamento de Direito** – O Prof. Daniel Carvalho repetiu a apresentação que já
229 havia feito à Câmara de Graduação, pretendendo ser mais breve e fornecendo histórico do curso de
230 Direito desde a primeira intenção do *campus* Osasco em sediá-lo, passando pela comissão criada pela
231 ProGrad, chegando ao funcionamento do curso nos dias atuais, ainda em fase de implantação mas já



232 na iminência de receber a visita dos avaliadores do MEC. Lembrou que a comissão, apesar do seu
233 papel acadêmico, assumiu funções administrativas que acabam por apontar a necessidade de criação
234 de departamento próprio. Assim, reconhecendo o amadurecimento do curso, que já tem seu
235 regimento incluso na proposta e cujos métodos de ensino e pesquisa já foram bastante discutidos, o
236 professor solicitou aprovação da proposta elaborada nos moldes dos outros cursos do *campus*. O
237 Prof. Zorzenon sugeriu a indicação de dois pareceristas, assim como havia sido feito em situações
238 anteriores, para análise em sessão posterior. O Prof. Bueno cumprimentou o colega pelo importante
239 percurso e opinou que a criação do departamento fosse aprovada independente da análise do
240 regimento. Também solicitou dois esclarecimentos: a respeito das vagas, se continuariam a cargo da
241 comissão composta pela ProGrad ou se assumiria os procedimentos usuais do *campus* Osasco, que
242 tem autonomia para deliberar sobre as suas vagas; e, acerca da Resolução 4 da Câmara de Pós-
243 Graduação que abria espaço para o curso de Direito e, nesse sentido, quis saber como a situação seria
244 regularizada ou se o curso contaria com dois assentos. A Profa. Nena, também julgou legítimo o
245 pleito do curso e quis saber como seria conduzida a questão das vagas docentes, considerando o que
246 a professora chamou de “questão de ordem”, pois, já era conhecido o interesse de professores dos
247 cursos de Ciências Contábeis e Atuariais, graduados em Direito, em participar do referido curso. Ela
248 perguntou se os interessados seriam absorvidos e as vagas devolvidas aos departamentos de origem
249 dos transferidos. E o Sr. João Subires, por sua vez, fez referência ao documento, especificamente ao
250 trecho “*O Departamento de Direito contará com uma equipe a secretariar suas atividades,*
251 *repercutindo o modelo bem-sucedido utilizado pelos outros departamentos do Campus. O*
252 *Departamento de Direito contará ainda com o apoio de uma Secretaria de Extensão, Comunicação e*
253 *Eventos, contando com uma Secretária Executiva, responsável pelas atividades de Extensão, pelo*
254 *apoio à organização de todos os eventos do Campus e pela comunicação institucional (física e*
255 *virtual*” e perguntou se o texto se referia à Secretaria Integrada que fora formada a partir de uma
256 espécie de “arranjo” para atender os departamentos já criados, uma vez que o *campus* não conta com
257 número suficiente de TAEs, ou, se o departamento pretendia buscar outra forma de organização.
258 Destacou a falta de secretários executivos, cujo cargo foi extinto. O Prof. Zorzenon assinalou que
259 docentes de um departamento podem ministrar aulas em outros cursos, portanto, o departamento de
260 lotação não interfere nos cursos em que os professores podem oferecer suas aulas. A Profa. Marina
261 Yamamoto, considerando que o referido curso ainda está sendo construído e que a perspectiva é de
262 abertura em 2020, solicitou posicionamento atualizado. Julgou pertinente conhecer a forma de
263 absorção dos professores que já estão em exercício e desejam participar do curso e os possíveis
264 critérios e mecanismos. Concordou com a sugestão do Prof. Zorzenon sobre a indicação de dois
265 pareceristas. Então, o Prof. Daniel Carvalho declarou que o curso de Direito estava sendo aberto
266 baseado nos esforços e condicionado ao pacto de vagas de servidores TAEs em número
267 minimamente aceitável, pois, reconhecia que a estrutura corrente é deficitária. Assim, opinou que a
268 oportunidade de parar, pensar e dialogar sobre o melhor formato deveria ser comemorada, de modo
269 que questões de infraestrutura não viessem a repercutir negativamente no curso. Com relação à
270 absorção de docentes de outros departamentos, concordou haver duas direções que apontavam para o



271 curso ou para o departamento de Direito. Sobre a possibilidade de remoção, comentou o regramento
272 institucional e o papel protagonista da Congregação para decidir sobre esse tipo de questão, pois, em
273 seu entender, nenhum departamento deveria compulsoriamente absorver quadros de outros. Lembrou
274 que qualquer mudança desse tipo deve interessar a todas as partes: departamento, docentes,
275 colegiados e, ainda, estar de acordo com a disponibilidade de vagas. A Profa. Nena interveio para
276 reiterar que há docentes que já manifestaram explicitamente interesse em migrar para o Direito,
277 desejo esse que ela própria considera muito legítimo. Então, a presidente pediu licença para um
278 aparte lembrando que no Departamento de Administração também havia casos de docentes que
279 gostariam de trocar de departamento, no entanto, sem sucesso, muitas vezes por indisponibilidade de
280 vagas. Retomando sua fala, o Prof. Daniel declarou que o curso de Direito é franqueado à
281 contribuição de todos e ratificou o convite para que os colegas participassem da discussão sobre a
282 pós-graduação na respectiva área, que já tinha sido endereçado a todos(as) os(as) professores(as).
283 Garantiu que nenhum arranjo prescindirá da colaboração dos colegas. E, por fim. Sobre os próximos
284 passos do curso, informou que, devido aos critérios distintos para o curso de Direito e também de
285 Medicina, era necessária autorização do MEC, cuja expectativa é que aconteça tão logo seja
286 realizada a visita de reconhecimento do curso, prevista para março-abril/2019. Encerrou respondendo
287 ao Prof. Bueno que os concursos para preenchimentos das cinco vagas disponíveis para o Direito
288 serão organizados em São Paulo pela comissão da ProGrad em razão de falta de estrutura adequada
289 e, por fim, com relação aos assentos na CmPos, esclareceu que obviamente, independentemente da
290 criação do Departamento de Direito, qualquer duplicidade é descabida. O Prof. Zorzenon corroborou
291 a fala do coordenador dizendo que o Regimento da CmPos é claro e impede tal duplicidade, pois, a
292 participação do curso de Direito vigorava apenas como uma espécie de concessão até o departamento
293 propriamente dito seja criado. O Prof. Dan quis declarar seu interesse em lecionar em outros cursos,
294 cuja prática julga muito saudável, concordando, assim, com a fala do Vice-Diretor. E, ainda,
295 reafirmou interesse na remoção, caso possível, de modo que possa, também, orientar alunos. Ao que
296 o Prof. Zorzenon se mostrou contrariado, entendendo que tal impedimento é um dos problemas
297 enfrentados pelo quadro docente do Eixo Multidisciplinar. A presidente encerrou as inscrições e, por
298 fim, solicitou voluntários para analisarem a documentação apresentada pelo curso de Direito.
299 **Os membros foram unânimes em aprovar os professores Dr. Dan Rodrigues Levy e Dr. Murilo**
300 **Leal Pereira Neto como encarregados da elaboração de parecer a ser enviado ao colegiado até**
301 **30 de janeiro de 2019, garantindo tempo hábil para apreciação na sessão de 01 de fevereiro.**
302 **(6) Professor Titular-Livre** - A presidente lembrou da sugestão de “vaga híbrida” e da solicitação
303 de envio de tópicos relativos à “Governança”, cujo tema pode ser compartilhado entre todos os
304 departamentos. Mediante o apontamento do Prof. Zorzenon dizendo que Governança não é uma área
305 da Capes, **os conselheiros foram unânimes em aprovar: “Área: Ciências Sociais Aplicadas”,**
306 **Subárea: “Governança Pública e Privada”.** Também, **foram unanimemente aprovados os**
307 **requisitos: “Graduação nas áreas de Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas (para**
308 **incluir as Relações Internacionais), Ciências Exatas e da Terra e Engenharias”.** Ainda, **foi**
309 **aprovado ”Título de Doutor nas áreas de Ciências Sociais Aplicadas e/ou Ciências Humanas”.**



310 Igualmente, **todos concordaram com o regime de “40 horas com Dedicção Exclusiva”**. Ainda,
311 em regime de votação, **os conselheiros unanimemente preferiram que o edital mantivesse o**
312 **prazo de inscrições aberto por “60 dias a partir da publicação, com possibilidade de**
313 **prorrogação por mais 30 dias”**. E, estando a presidente temporariamente ausente, o Prof. Zorzenon
314 conduziu a votação relativa aos pesos atribuídos e, **por unanimidade, as respectivas tabelas de**
315 **pontuação permaneceram como inicialmente apresentadas: “I - Prova Escrita (30 + 40 + 30); e,**
316 **II - Prova Oral/Didática (10 + 40 + 30 + 10 + 10)”**. Durante o debate sobre a Arguição do
317 Memorial, a Profa. Nena e a Profa. Marina Yamamoto, discordaram da atribuição de um ponto para
318 Atividades na Educação Básica e sugeriram alterar para zero, colocando esse ponto em outro item,
319 enquanto o Prof. Zorzenon defendeu a manutenção desse ponto por ser apenas um e por julgar
320 importante que o Professor Titular Livre também tenha vivência na educação básica. **A presidente**
321 **consultou os membros em regime de votação sobre as duas propostas: (1) manter 1 ponto para**
322 **atividades na Educação Básica x (2) atribuir zero para atividades na Educação Básica**. Houve
323 muita confusão e desentendimento nesse momento, pois, alguns membros não entenderam
324 claramente o que estava sendo votado e pediram esclarecimentos enquanto outros já estavam com
325 braços levantados. A presidente precisou intervir para manter a ordem, mediando os atritos. A Profa.
326 Marina Yamamoto sugeriu que a sessão fosse interrompida, argumentando que os membros já
327 estavam cansados e os ânimos alterados em razão da hora adiantada. Outros preferiam decidir sobre
328 o ponto a ser ou não atribuído às atividades na Educação Básica que causara alarido. **A presidente**
329 **sentenciou a retomada daquela votação, sendo registrado empate: seis votos para cada uma das**
330 **propostas**. O Prof. Bolívar, então, com o intuito de evitar mais celeumas, retirou o seu voto de forma
331 que **a proposta (1) manter 1 ponto para atividades na Educação Básica foi vencedora com seis**
332 **votos**. Enquanto a proposta (2) recebeu apenas cinco votos. Considerando que a sessão já se
333 estendera sobremaneira, em regime de votação, **a presidente consultou os conselheiros sobre as**
334 **possibilidades: (1) suspender a reunião x (2) continuar a reunião**. **Novamente foi registrado**
335 **igual número de votos para cada uma das propostas**. Mais alguma agitação pôde ser percebida na
336 plenária e **a presidente preferiu repetir a votação que terminou empatada, apresentando o**
337 **mesmo resultado**. Diante do impasse, o Prof. Bolívar apresentou uma terceira solução, sugerindo
338 fazer pausa para alimentação e retomar os trabalhos naquele mesmo dia. No entanto, a sugestão não
339 pôde ser acatada. A Profa. Luciana sugeriu nova votação, concedendo dois minutos para defesa de
340 cada uma das posições, porém, tal solução também não parecia viável. O Prof. Murilo ponderou que
341 votar três vezes no mesmo item não parecia aceitável, pois, enfraquecia a legitimidade dos
342 procedimentos e do próprio colegiado. Então, **exercendo o Voto de Minerva, a Profa. Luciana**
343 **considerou suspensa a reunião, com o compromisso de continuidade de análise daquele edital**
344 **na próxima sessão e conhecimento prévio, por parte dos conselheiros, dos pontos sugeridos e já**
345 **encaminhados**. A animosidade ainda perdurava e um membro pediu retratação, pois, sentira-se
346 ofendido com o tratamento a ele dispensado por uma conselheira. Ambos se manifestaram e um
347 pedido de desculpas pôde ser ouvido. A presidente mediou o conflito e pediu desculpas aos
348 conselheiros pelas dificuldades a que todos tinham sido submetidos naquela sessão. Outra



349 conselheira se manifestou sobre a fala dos antagonistas e, por fim, julgando que a pauta já havia sido
350 esgotada e a discórdia de outra natureza, a presidente encerrou os trabalhos às 14h05min. Eu,
351 Maristela Bencici Feldman, lavrei esta ata.

352 Osasco, 07 de dezembro de 2018.

353 _____
354 Profa. Dra. Luciana Massaro Onusic

355 Profa. Dra. Arlete Eni Granero _____

356 Sra. Alessandra Ramada da Matta _____

357 Prof. Dr. Bolivar Godinho de Oliveira _____

358 Prof. Dr. Dan Rodrigues Levy _____

359 Prof. Dr. Daniel Campos de Carvalho _____

360 Prof. Dr. Douglas Mendosa _____

361 Sr. Edmur Machado Silva _____

362 Sra. Elisângela Bardi da Fonseca _____

363 Profa. Dra. Fernanda Emy Matsuda _____

364 Profa. Dra. Heloisa Candia Hollnagel _____

365 Sr. Hugo Bezerra da Silva _____

366 Sr. João Marcelino Subires _____

367 Sra. Juliana Mateusa Meira Cruz _____

368 Prof. Dr. Julio Cesar Zorzenon Costa _____

369 Prof. Dr. Marcello Simão Branco _____

370 Prof. Dr. Marcelo Soares de Carvalho _____



Ministério da Educação
Universidade Federal de São Paulo
Campus Osasco



ATA/CONG/07/12/2018/Ord.

- 371 Prof. Dr. Murilo Leal Pereira Neto _____
- 372 Profa. Dra. Marina Mitiyo Yamamoto _____
- 373 Profa. Dra. Nena Geruza Cei _____
- 374 Profa. Dra. Nildes Pitombo Leite _____
- 375 Prof. Dr. Ricardo Luis Pereira Bueno _____
- 376 Prof. Dr. Rodrigo Medina Zagni _____
- 377 Sra. Maristela Bencici Feldman _____